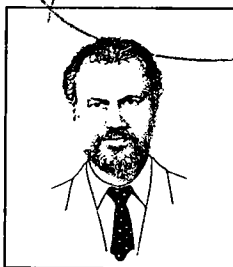


Educação pública em São Paulo



**Cidadania,
ao contrário
do que muitos
pensam,
se aprende na
escola**

Desmotivada e sem recursos, a rede estadual de educação está sucateada e não tem a menor condição de atender de maneira razoável aos estudantes que a procuram. Certo?

Errado.

A doença é grave, o paciente tem de ser tratado, mas a escola pública pode e deve voltar a exercer um papel central no nosso sistema educacional, desde que se faça uma avaliação correta dos seus problemas, um

planejamento lúcido das prioridades e uma operacionalização adequada e corajosa das soluções que se fizerem necessárias. Para isso a Secretaria de Educação tem de sofrer uma profunda reforma, que permita a otimização de seus recursos humanos (de muito boa qualidade em vários setores) e a libere de vícios estruturais que se vêm avolumando no decorrer de administrações mais preocupadas com o uso político da rede do que com o educacional. E se é improvável transformar, durante um único governo, a educação pública que temos naquela com que sonhamos, é possível promover alterações profundas e irreversíveis, desde que se convoquem professores e pais para *participar* das mudanças, e não apenas para simplesmente *executar* decisões tomadas em gabinetes distantes das salas de aula.

A questão central tem a ver com a própria prática da cidadania. A escola pública é, freqüentemente, vista como um órgão governamen-

tal, como um aparelho do Estado, não como um órgão da sociedade que visa permitir iguais oportunidades a todos. O professor sente-se explorado, os alunos imaginam (embora nem sempre com razão) que numa escola particular seriam mais bem instrumentados e os pais percebem a escola como um elemento estranho no bairro ou no quarteirão: lá chegam, apressados, professores desmotivados em seus carros velhos (quando

não de ônibus), despejam seu saber e, tão rapidamente quanto chegaram, partem para a escola seguinte, como se fossem médicos plantonistas que acumulam expedientes para tornar viável seu ganha-pão. É comum o professor nada saber do bairro onde trabalha, dos alunos que educa, da vida real das pessoas que vivem na região. Poucas comunidades zelam por suas escolas, exatamente porque não as consideram suas, mas do "governo", entidade sem rosto, distante e autoritária. Escolas depredadas são apenas a face mais visível desse "desacordo" entre alunos, professores, comunidade e governo.

O caminho começa, portanto, num reestabelecimento do diálogo entre os diferentes interlocutores, para que se possa começar a pensar numa escola de e para cidadãos. Uma escola em que o aluno receba uma educação que de fato seja a síntese entre o patrimônio cultural da humanidade, no seu sentido mais amplo (que cabe ao

professor bem-formado e atualizado trazer) e a especificidade de sua própria cultura; em que o professor tenha condições de tratar os alunos como seres únicos a serem socializados, mas não descaracterizados; em que o prédio da escola possa ser o centro cultural do bairro, com biblioteca, acervo de jornais e revistas e até — por que não? — uma gibiteca à disposição de todos. A escola pode ser um centro em torno da qual surjam grupos de teatro, cineclubes, atividades literárias, pessoas montando papagaios ou simplesmente conversando. Por que, em fins de semana, a escola não poderia reunir mulheres para fazer tricô e bater papo, homens para jogar xadrez e dominó, jovens e crianças das redondezas?

Em nossa periferia, onde as oportunidades de lazer fora de casa são mínimas, a escola fechada é uma ofensa ao cidadão e passa, com freqüência, uma imagem de representante das forças de ocupação, de in-

vasora. Despi-la desta capa, torná-la útil para toda a comunidade é um desafio fácil de vencer com vontade política, competência e criatividade. E coragem para tomar emprestado, de antigas administrações, políticas que não podem ser desprezadas apenas por provirem de homens hoje sem poder.

Não tenho nenhuma dúvida de que um trabalho de base feito com o envolvimento de professores, alunos, comunidade e governo teria resultados bastante satisfatório num lapso de tempo curto. A mudança de atitude das pessoas com relação à escola, baseada num sentimento de responsabilidade mútua, poderia constituir o ponto de partida para uma importante virada. Afinal de contas, cidadania é participação, é ter direitos e obrigações e, ao contrário do que muitos pensam, se aprende na escola.

■ Jaime Pinsky, professor titular da *Unicamp*, é historiador e editor

